

Diário Eletrônico do Ministério Público RS

Procuradoria-Geral de Justiça

End.: Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 80.

Porto Alegre / RS - 90050-190

Fone: (51) 3295 -1100

Porto Alegre, 04 de outubro de 2013.

Edição nº 1279

Nesta edição:

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Atos Normativos.....	2
Editais.....	2

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS

Portarias.....	3
----------------	---

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Boletins de Pessoal	4
Súmulas de contratos.....	4
Editais.....	5

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

Boletins.....	5
---------------	---



PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA N.º 2765/2013

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, IVORY COELHO NETO, em exercício, no uso de suas atribuições legais, resolve **PRORROGAR**, mediante designação, em caráter excepcional e temporário, a Portaria n.º 0661/2013, que redistribuiu as atribuições na Promotoria de Justiça Cível e Especializada de Lajeado, na forma que segue:

Promotoria de Justiça Cível

1º Promotor de Justiça – 1ª e 2ª Varas Cíveis – Direitos Constitucionais – Pessoas Portadoras de Deficiência – Defesa dos Direitos do Idoso – JEC – Direção do Foro – Fundações – Infância e Juventude (somente Atos Infracionais)

2º Promotor de Justiça – Vara de Família – Defesa do Patrimônio Público

Promotoria de Justiça Especializada

Meio Ambiente, Patrimônio Natural e Cultural – Defesa do Consumidor – Saúde Pública – Urbanismo e Habitação – Infância e Juventude (exceto Atos Infracionais)

Esta Portaria, relativa à prorrogação da disposição outrora firmada, vigorará até ulterior deliberação, sem ônus para o Estado.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 16 de setembro de 2013.

IVORY COELHO NETO,

Procurador-Geral de Justiça, em exercício.

Registre-se e publique-se.

ISABEL GUARISE BARRIOS BIDIGARAY,

Promotora de Justiça,

Chefe de Gabinete,

Secretária-Geral.

EDITAL N.º 424/2013 – PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados, na forma do § 2º do art. 16 do Provimento nº 26/2008, que a Promotoria de Justiça de Veranópolis indeferiu a instauração de Inquérito Civil, acerca de notícia anônima alegando: perfuração de poço tubular profundo, sem autorização do Departamento de Recursos Hídricos, em propriedade localizada na Av. Assis Brasil, Centro, Fagundes Varela; intervenção em APP visando ao prolongamento da Rua Antônio Ferronato, Centro, Fagundes Varela; corte de vegetação nativa sem licenciamento ambiental em propriedade localizada na Linha David Canabarro, Fagundes Varela; e realização de trabalho de Agente Comunitário de Saúde por pessoa residente fora de sua área de atua-

ção. A respeito foi instaurado o expediente NT. nº 00929.00010/2013.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 30 de setembro de 2013.

ISABEL GUARISE BARRIOS BIDIGARAY,

Promotora de Justiça,

Chefe de Gabinete,

Secretária-Geral.

EDITAL N.º 425/2013 – PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados, na forma do § 2º do art. 16 do Provimento nº 26/2008, que a Promotoria de Justiça de Veranópolis promoveu o arquivamento do expediente IC nº 00929.00025/2010, instaurado com o objetivo de averiguar e regularizar as atividades de avicultura praticadas pelos integrados do Frigorífico Nova Araçá Ltda.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 30 de setembro de 2013.

ISABEL GUARISE BARRIOS BIDIGARAY,

Promotora de Justiça,

Chefe de Gabinete,

Secretária-Geral.

EDITAL N.º 426/2013 – PGJ

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM EXERCÍCIO, IVORY COELHO NETO, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no artigo 25, inciso XXX, da Lei nº 7.669/82, científica os interessados que, por despacho, determinou o arquivamento do Expediente PR.01740.00008/2013-7.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 30 de setembro de 2013.

IVORY COELHO NETO,

Procurador-Geral de Justiça em exercício.

Registre-se e publique-se.

ISABEL GUARISE BARRIOS BIDIGARAY,

Promotora de Justiça,

Chefe de Gabinete,

Secretária-Geral.

EDITAL N.º 427/2013 – PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados, na forma do § 2º do art. 16 do Provimento nº 26/2008, que a Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público de Porto Alegre indeferiu a instauração de Inquérito Civil, acerca de possíveis irre-



gularidades na contratação de empresa terceirizada para o atendimento ao cidadão na Prefeitura de Porto Alegre. A respeito foi instaurado o expediente RD. nº 00829.00626/2013.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 30 de setembro de 2013.

ISABEL GUARISE BARRIOS BIDIGARAY,

Promotora de Justiça,
Chefe de Gabinete,
Secretária-Geral.

EDITAL N.º 428/2013 – PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados, na forma do § 2º do art. 16 do Provimento nº 26/2008, que a Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público de Porto Alegre indeferiu a instauração de Inquérito Civil, acerca de possíveis irregularidades no processo de nomeação de ocupantes de cargos de chefia do Órgão de controle interno, denominado Auditoria Interna, da Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica – Eletrobrás – CGTEE. A respeito foi instaurado o expediente RD. nº 00829.00523/2013.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 30 de setembro de 2013.

ISABEL GUARISE BARRIOS BIDIGARAY,

Promotora de Justiça,
Chefe de Gabinete,
Secretária-Geral.

EDITAL N.º 429/2013 – PGJ

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM EXERCÍCIO, IVORY COELHO NETO, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no artigo 25, inciso XXX, da Lei nº 7.669/82, científica os interessados que, por despacho, determinou o arquivamento do Expediente PR.00006.00167/2013-2.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 02 de outubro de 2013.

IVORY COELHO NETO,

Procurador-Geral de Justiça em exercício.

Registre-se e publique-se.

ISABEL GUARISE BARRIOS BIDIGARAY,

Promotora de Justiça,
Chefe de Gabinete,
Secretária-Geral.

EDITAL N.º 430/2013 – PGJ

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR PROCURADOR-GERAL DE

JUSTIÇA EM EXERCÍCIO, IVORY COELHO NETO, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no artigo 25, inciso XXX, da Lei nº 7.669/82, científica os interessados que, por despacho, determinou o arquivamento do Expediente PR.00911.00128/2013-8.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 02 de outubro de 2013.

IVORY COELHO NETO,

Procurador-Geral de Justiça em exercício.

Registre-se e publique-se.

ISABEL GUARISE BARRIOS BIDIGARAY,

Promotora de Justiça,
Chefe de Gabinete,
Secretária-Geral.

EDITAL N.º 431/2013 – PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados, em especial os Srs. Laurentino Leite Ferreira e Neri Hilbig, na forma do § 2º do art. 16 do Provimento nº 26/2008, que a Promotoria de Justiça de Cerro Largo promoveu o arquivamento do expediente IC n.º 00751.00011/2010, instaurado com a finalidade de investigar a regularidade das atividades de serraria na localidade de Linha Sobrado, Município de Roque Gonzales, RS, e a averiguar a procedência da madeira lá encontrada.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 02 de outubro de 2013.

ISABEL GUARISE BARRIOS BIDIGARAY,

Promotora de Justiça,
Chefe de Gabinete,
Secretária-Geral.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS

PORTARIA Nº 249/13-PF EXTINÇÃO ADMINISTRATIVA

O **PROCURADOR DE FUNDAÇÕES**, tendo em conta o que lhe requereu a **FUNDAÇÃO CEMAR**, sediada em Caxias do Sul/RS, e o disposto nos artigos 69 do Código Civil e 1.204 do Código de Processo Civil, aprova a extinção da entidade, na forma do que dispõe o Estatuto da Fundação e em conformidade com o que consta no PR.00958.00470/2012-0.

Registre-se e publique-se.

Porto Alegre, 13 de setembro de 2013.

ANTÔNIO CARLOS DE AVELAR BASTOS,

Procurador de Fundações.



**SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS**

BOLETIM N.º 476/2013

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, DANIEL SPERB RUBIN, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:

EXONERAR

- a pedido, a contar de 30 de setembro de 2013, o servidor JOSE AUGUSTO DE ALMEIDA, ID n.º 3673553, do cargo de Agente Administrativo, classe "M", deste órgão, em virtude de posse em cargo público do Estado de Santa Catarina (Port. 2814/2013).

- a pedido, a contar de 02 de outubro de 2013, a servidora MARIANE RABAIOLI CORBARI, ID n.º 3713733, do cargo de Assessor - Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, classe "R", deste órgão, em virtude de posse em cargo público estadual (Port. 2818/2013).

- a pedido, a contar de 02 de outubro de 2013, a servidora PAULA PREVEDELLO CERETTA, ID n.º 3808750, do cargo de Assessor - Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, classe "R", deste órgão, em virtude de posse em cargo público estadual (Port. 2819/2013).

AUTORIZAR

- nos dias 02, 03, 08 e 09 de outubro de 2013, o afastamento da servidora MARIANA PAGNAN DA SILVA, Assessor - Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, ID n.º 3793982, para prestar prova do Concurso Público para Ingresso à Carreira do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, nos termos da Lei Estadual n.º 12.262/05, e no artigo 64, inciso XII, da Lei n.º 10.098/94, sem ônus para o Ministério Público, mantida a contribuição para o Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul, nos termos do Artigo 8º da Lei n.º 7.672/82, combinado com o disposto na Lei n.º 12.065/04 (Port. 2820/2013).

- nos dias 07 e 08 de outubro de 2013, o afastamento do servidor ANDRÉ TELES, Assessor - Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, ID n.º 3409945, para prestar prova do Concurso Público para Provimento de Cargos de Juiz Substituto do Estado do Paraná, nos termos da Lei Estadual n.º 12.262/05, e no artigo 64, inciso XII, da Lei n.º 10.098/94, sem ônus para o Ministério Público, mantida a contribuição para o Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul, nos termos do Artigo 8º da Lei n.º 7.672/82, combinado com o disposto na Lei n.º 12.065/04 (Port. 2821/2013).

ADITAR

- a Portaria n.º 3701/2011, que aposentou por invalidez permanente a servidora efetiva ANDRÉA BRODT ROJAS, Assessor - Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, classe "R", ID n.º 3436900, regime jurídico estatutário, carga horária de 40 horas semanais, do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo da Procuradoria-Geral de Justiça, para incluir, na fundamentação legal, a Emenda Constitucional n.º 70/2012

(PR.00033.00741/2011-5 - Port. 2822/2013).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 04 de outubro de 2013.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

**SÚMULA DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
PROCESSO N.º 3152-09.00/13-8
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 70/2013**

CONTRATADA: OBJETIVA CONCURSOS LTDA. **OBJETO:** contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços de organização e execução das etapas finais do concurso de Agente Administrativo do quadro de provimento efetivo da Procuradoria-Geral de Justiça - Serviços Auxiliares do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul. **VALOR:** R\$ 230.999,64. **PRAZO DE VIGÊNCIA:** 36 (trinta e seis) meses. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Atividade 6420, Natureza da Despesa/Rubrica 3.3.90.39/3910; **FUNDAMENTO LEGAL:** Leis Estaduais n.º 13.191/09 e n.º 11.389/99, Provimentos PGJ/RS n.º 33/08 e n.º 47/05, Lei Federal n.º 8.666/93 e Lei n.º 10.520/02;

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 02 de outubro de 2013.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

**SÚMULA DO 5º TERMO ADITIVO AO
CONTRATO DE MANUTENÇÃO E SUPORTE TÉCNICO
PROCESSO N.º 14186-09.00/02-2**

CONTRATADA: RUÁ SISTEMAS AUTOMATIZADOS LTDA.; **OBJETO:** prorrogação, por 06 (seis) meses, a contar de 26 de setembro de 2013, da vigência do Contrato de Manutenção e Suporte Técnico; **FUNDAMENTO LEGAL:** artigo 57, inciso II, da Lei Federal n.º 8.666/93 e cláusula quinta do ajuste.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 02 de Outubro de 2013.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

**SÚMULAS DOS TERMOS DE ACORDO PARA USO DE
VEÍCULO PARTICULAR**

1) PR.00001.01869/2013-7

PARTES: Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio da Procuradoria-Geral de Justiça, e a Promotora de Justiça **Cíntia Foster de Almeida**, ID n.º 3437493; **OBJETO:** permissão de uso, mediante indenização, do veículo particular placa ISH8384, a ser usado na execução de tarefas e serviços no âmbito da Procuradoria-Geral de Justiça, em conformidade com o Provimento n.º 12/2013; **DATA DE ASSINATURA:** 03



Diário eletrônico do
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 04 de outubro de 2013.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 1279

de outubro de 2013.

2) PR.00001.01899/2013-4

PARTES: Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio da Procuradoria-Geral de Justiça, e o Promotor de Justiça **Eduardo Bodanezi Lorenzi**, ID n.º 3201279; OBJETO: permissão de uso, mediante indenização, do veículo particular placa IUI6945, a ser usado na execução de tarefas e serviços no âmbito da Procuradoria-Geral de Justiça, em conformidade com o Provimento n.º 12/2013; DATA DE ASSINATURA: 03 de outubro de 2013.

3) PR.00822.00120/2013-3

PARTES: Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio da Procuradoria-Geral de Justiça, e o Promotor de Justiça **Mário Luiz Guadagnin**, ID n.º 3427927; OBJETO: permissão de uso, mediante indenização, do veículo particular placa IUH9551, a ser usado na execução de tarefas e serviços no âmbito da Procuradoria-Geral de Justiça, em conformidade com o Provimento n.º 12/2013; DATA DE ASSINATURA: 03 de outubro de 2013.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 03 de outubro de 2013.

DANIEL SPERB RUBIN,

Subprocurador-Geral para Assuntos Administrativos.

EDITAL N.º 237/2013

REMOÇÃO DE ACESSOR-BACHAREL EM CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS.

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, DANIEL SPERB RUBIN, faz público que se encontra disponível, na página da Unidade de Registros Funcionais da Divisão de Recursos Humanos (<http://intra.mp.rs.gov.br/ur/remocoas>), a divulgação do local em que será oferecida vaga para provimento mediante remoção, sem ônus para esta Procuradoria-Geral de Justiça.

Os prazos e critérios deste processo de remoção estão regulamentados pelo Provimento 63/2007, publicado no DOE de 11/12/2007.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 04 de outubro de 2013.

DANIEL SPERB RUBIN,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

**SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS**

BOLETIM N.º 054/2013

O COORDENADOR DO CENTRO OPERACIONAL CÍVEL E DO PATRIMÔNIO PÚBLICO científica, na forma do § 2º do

artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que no Ministério Público do Rio Grande do Sul, foram instaurados os seguintes Inquéritos Cíveis:

1) Inquérito Civil nº 00864.00048/2013 instaurado pelo Promotor de Justiça Maurício Trevisan, da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Maria, com a finalidade de apurar possíveis alterações indevidas em documentos de professora de escola no município.

2) Inquérito Civil nº 00760.00026/2013 instaurado pelo Promotor de Justiça André Eduardo Schöder Prediger, da Promotoria de Justiça de Encantado, com a finalidade de investigar atos de improbidade administrativa decorrentes de irregularidade em despesas relativas à aquisição de materiais de construção.

3) Inquérito Civil nº 01175.00040/2013 instaurado pelo Promotor de Justiça Thomás Henrique de Paola Colletto, da Promotoria de Justiça Especializada de Montenegro, com a finalidade de investigar medidas adotadas pelo município para ressarcimento ao erário em decorrência de descumprimento do contrato emergencial de recolhimento do lixo por empresa, além das medidas adotadas pelo Município para concluir o processo licitatório referente ao aludido serviço público.

4) Inquérito Civil nº 00917.00035/2013 instaurado pela Promotora de Justiça Dinamércia Maciel de Oliveira, da Promotoria de Justiça de Três Passos, com a finalidade de investigar notícia de irregularidade em concurso público.

5) Inquérito Civil nº 00776.00018/2013 instaurado pelo Promotor de Justiça Paulo Adair Manjabosco, da Promotoria de Justiça de Garibaldi, com o objetivo de investigar notícia de suposta fraude no controle de horários no parque de máquinas do município.

6) Inquérito Civil nº 01234.00011/2013 instaurado pela Promotora de Justiça Rosi Maria Barreto, da Promotoria de Justiça Especializada de Santana do Livramento, com a finalidade de investigar os motivos e causas que provocaram os parcelamentos e o endividamento do Sistema de Previdência do Município - SISPREM.

7) Inquérito Civil nº 00929.00035/2013 instaurado pelo Promotor de Justiça Alécio Silveira Nogueira, da Promotoria de Justiça de Veranópolis, com a finalidade de investigar encaminhamento de pacientes mediante a cobrança de valores para realização de consultas e exames por médico do SUS.

8) Inquérito Civil nº 00782.00068/2013 instaurado pelo Promotor de Justiça Max Roberto Guazzelli, da Promotoria de Justiça de Gramado, com a finalidade de investigar eventual desafetação (Tácita) de bem público por omissão da administração pública.

9) Inquérito Civil nº 00929.00034/2013 instaurado pelo Promotor de Justiça Alécio Silveira Nogueira, da Promotoria de Justiça de Veranópolis, com a finalidade de investigar improbidade administrativa, causando prejuízo ao patrimônio público em razão de sanção de lei municipal.

10) Inquérito Civil nº 00900.00042/2013 instaurado pelo Promotor de Justiça Cristiano Ledur, da Promotoria de Justiça de São Valentim, com a finalidade de investigar eventual ato lesivo ao patrimônio público e improbidade administrativa decorrente da utilização do terminal telefônico cadastrado em



nome do Município de Entre Rios do Sul.

11) Inquérito Civil nº 00914.00095/2013 instaurado pelo Promotor de Justiça Roberto José Tabora Masiero, da Promotoria de Justiça de Torres com a finalidade de investigar atos de improbidade administrativa em função de irregularidades em licitação para prestação de serviços em informática na Prefeitura Municipal.

12) Inquérito Civil nº 00763.00045/2013 instaurado pela Promotora de Justiça substituta Carmem Lucia Garcia, da Promotoria de Justiça Cível de Erechim, com a finalidade de investigar ocorrência de possíveis irregularidades e fraudes na licitação do Município de Campinas do Sul com o objetivo de prestação de serviços na área de Radiologia.

13) Inquérito Civil nº 00732.00044/2012 instaurado pelo Promotor de Justiça Ricardo Cardoso Lazzarin, da Promotoria de Justiça especializada de Camaquã, com a finalidade de investigar irregularidades quanto à desapropriação de área com desvio de finalidade da desapropriação e do bem público para sindicato.

14) Inquérito Civil nº 00829.00066/2013 instaurado pela Promotora de Justiça substituta Diomar Jacinta Rech, da Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público, com a finalidade de investigar irregularidades na contratação e efetividade de servidor da Assembleia Legislativa do RS, que consta como assessor de parlamentar e reside e trabalha na Cidade de São Francisco de Paula.

15) Inquérito Civil nº 00763.00044/2013 instaurado pela Promotora de Justiça substituta Carmem Lúcia Garcia, da Promotoria de Justiça Cível de Erechim, com a finalidade de investigar ocorrência de possíveis irregularidades na terceirização de atividade permanente da administração do Município de Campinas do Sul para prestação de serviços de fisioterapia.

16) Inquérito Civil nº 00748.00253/2013 instaurado pelo Promotor de Justiça Alexandre Porto França, da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul, com a finalidade de investigar possíveis irregularidades no quadro funcional do SAMAE, por eventual desvio de função e burla à regra de acesso ao serviço público através de concurso público.

17) Inquérito Civil nº 00763.00042/2013 instaurado pela Promotora de Justiça substituta Carmem Lucia Garcia, da Promotoria de Justiça Cível de Erechim, com a finalidade de investigar irregularidades e fraudes ocorridas em licitação do município de Paulo Bento com objetivo de aquisição de equipamentos de informática para as diversas secretarias municipais.

18) Inquérito Civil nº 00763.00043/2013 instaurado pela Promotora de Justiça substituta Carmem Lucia Garcia, da Promotoria de Justiça Cível de Erechim, com a finalidade de investigar possíveis irregularidades e fraudes ocorridas para a contratação de serviços de fisioterapia em licitação pela Fundação Hospitalar Santa Terezinha de Erechim.

19) Inquérito Civil nº 00763.00041/2013 instaurado pela Promotora de Justiça substituta Carmem Lucia Garcia, da Promotoria de Justiça de Cível de Erechim, com a finalidade de investigar possíveis irregularidades ocorridas na destinação e utilização do Centro de Referência Ambiental no Município de Paulo Bento.

20) Inquérito Civil nº 00829.00067/2013 instaurado pela Pro-

motora de Justiça Diomar Jacinta Rech, da Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público, com a finalidade de investigar irregularidades na Secretaria Municipal da Saúde de POA, consistentes na aquisição de cinquenta mil exemplares de livro para o Projeto Circuito Papo Reto POA e convênio/parceria realizada com a CUFA.

21) Inquérito Civil nº 00790.00017/2013 instaurado pela Promotora de Justiça Cristiane Maria Scholl Levien, da Promotoria de Justiça de Herval, com a finalidade de investigar irregularidades no cumprimento da carga horária de professora e carência de professores de na rede pública municipal.

22) Inquérito Civil nº 00947.00011/2013 instaurado pelo Promotor de Justiça Gustavo Burgos de Oliveira, da Promotoria de Justiça de Santo Antônio das Missões, com a finalidade de investigar ato de improbidade administrativa envolvendo o indevido recebimento de diárias na Câmara de Vereadores de Garruchos/RS por Vereador.

23) Inquérito Civil nº 00748.00254/2013 instaurado pelo Promotor de Justiça Alexandre Porto França, da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias, com a finalidade de verificar possível inconstitucionalidade da lei complementar nº 409/2012 a qual fere o princípio de isonomia de vencimentos para os mesmos cargos.

24) Inquérito Civil nº 00761.00034/2013 instaurado pela Promotora de Justiça em substituição Carmem Lucia Garcia, da Promotoria de Justiça de Cível de Erechim, com a finalidade de verificar eventual existência de irregularidades na adjudicação de propostas antieconômicas ao erário em licitação vencida por empresa no Município de Barão de Cotegipe.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 03 de outubro de 2013.

JOSÉ GUILHERME GIACOMUZZI,

Coordenador do Centro Operacional Cível e de Defesa do Patrimônio Público.

De acordo

MARCELO LEMOS DORNELLES,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.